

Resumo

Este estudo é parte integrante da pesquisa intitulada “Sujeitos, Saberes e Práticas da Formação em Economia Solidária no Rio Grande do Sul”, cujo objetivo é analisar as práticas educativas em economia solidária, bem como as concepções e dimensões do conceito de educação presentes nos discursos dos formadores (agentes de entidades de formação e gestores públicos) e trabalhadores, com ênfase na busca e experimentação de métodos de sistematização de saberes populares. O objetivo deste estudo, ainda em andamento, é analisar a aplicabilidade dos princípios e métodos da educação popular (EP) na formação em economia solidária. Os dados foram produzidos através da observação participante em atividades formativas do CFES, da realização de três entrevistas individuais e de grupo focal com trabalhadores e de entrevistas com coordenadores de três entidades principais entidades de formação do Rio Grande do Sul.

O crescimento da economia solidária ampliou a demanda por formação e assessoria, mas as pedagogias tradicionais não dão conta da formação para autogestão, cooperação e sustentabilidade. A economia solidária em si é uma prática pedagógica e processo contínuo de aprendizagem, sendo a EP uma pedagogia que tem se mostrado compatível para a democratização da formação.

Os resultados parciais demonstram que as entidades de formação adotam os princípios da EP, ainda que as estratégias sejam diferentes: uma delas volta-se à organização comunitária e basicamente ao fomento, outra tem atividade restrita à orientação para o acesso a fontes de crédito e outras duas focam nos empreendimentos e nas redes. Porém, na prática, a formação pautada na EP não tem sido capaz de romper com o abismo registrado em pesquisas anteriores entre a realidade e expectativa dos trabalhadores (que querem respostas para desafios cotidianos no âmbito dos empreendimentos econômicos, muitas vezes ligados a questões técnico-gereciais) e dos formadores (que priorizam a dimensão educativa e política da formação). Trabalhadores afirmam que é comum o uso de linguagem catedrática e que as formações costumam ser planejadas de acordo com demandas dos editais e prioridades ou preferências dos formadores, sem levar em conta o “calcanhar de Aquiles” dos empreendimentos. Por um lado, a oferta de formação no RS é insuficiente, por outro, costuma voltar-se aos mesmos empreendimentos, por vezes com as mesmas técnicas e que não atendem sua real demanda. Parte desses problemas é atribuída à ampliação de editais do governo federal que, por um lado, têm regras difíceis de serem cumpridas e, por outro, estimularam um “modismo” em torno da ES e uma adesão muitas vezes instrumental ao tema para acesso a recursos, tendo sido identificada em uma das entidades pesquisadas a existência de procedimentos manipulatórios que contrariam princípios éticos na relação com os trabalhadores.

A conclusão preliminar da pesquisa mostra que, apesar dos avanços, há necessidade de se aprofundar sentidos e práticas que possibilitam ao trabalhador ser sujeito da formação através do reconhecimento de suas linguagens e formas de expressão, escuta sensível das demandas e instauração de processos de formação mais participativos.